

O cenário em que se ARDE

6 SET 1988 JORNAL DA TARDE

insere a reunião do FMI

Se não fosse pelos sinais crescentes de que está próxima uma profunda mudança no tratamento do problema da dívida externa dos países em desenvolvimento por parte dos países ricos, a reunião anual do FMI-Bird, que se realiza em Berlim Ocidental, quase nada teria de diferente em relação às outras que aconteceram desde 1980, quando a questão dos países endividados, agravada pela forte alta das taxas de juros e pela segunda crise do petróleo, passou a ocupar um lugar central.

De resto, o que se observa é uma economia mundial caracterizada pela enorme prosperidade dos países plenamente desenvolvidos e pela permanência das conhecidas mazelas econômicas dos países mais pobres e dos países em desenvolvimento: estagnação, inflação, desequilíbrios internos e externos, atraso tecnológico e, como se tudo isso não bastasse, um gritante subdesenvolvimento político. Segundo o último relatório anual do FMI, o crescimento econômico global dos países industrializados foi de 3,3% em 1987, em comparação com um índice de 2,7% em 1986 — um bom desempenho associado a uma expansão de 5,75% do comércio internacional.

No entender dos analistas do FMI, o índice de crescimento econômico mundial de 3,5% no ano passado pode ser considerado alto para os países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento, no entanto, apresentam, na maioria dos casos, níveis de vida, hoje, mais baixos que os observados no início dos anos 80. Os campeões do crescimento em 1987 foram os países asiáticos exportadores de manufaturados, em contraste com os países da América Latina, onde o crescimento do PIB diminuiu de 3,9%, em 1986, para 2,5% no ano passado, em virtude da forte desaceleração registrada no Brasil causada pela queda dos investimentos e dos salários, e pelo aumento da inflação. A Argentina também experimentou um processo de desaceleração do crescimento em 1987. Entre os grandes endividados da América Latina, somente o México conseguiu uma razoável reativação de sua economia no ano passado.

Para dar uma idéia do que significa um índice de expansão de apenas 2,5% na América Latina, é suficiente lembrar que, no mesmo período, a produção da Ásia cresceu 6,8%, não obstante a seca na Índia. Aparentemente, em 1988 nenhuma alteração significativa nesse quadro deverá acontecer. Os países industrializados crescerão entre 3,5 e 4% e os países em desenvolvimento mais endividados continuarão estagnados ou com uma expansão pequena, em razão do elevado serviço de suas dívidas externas e das suas dificuldades internas.

A grande expectativa dos endividados nesta reunião anual do FMI-Bird é a possibilidade de um avanço dos esquemas de perdão ou alívio das dívidas. Como se sabe, um desses esquemas será proposto pelo presidente François Mitterrand e o próprio diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, já admite publicamente que existe uma fadiga de credores e devedores em relação à estratégia adotada até o presente. No entanto, ele adverte os devedores de que “não se deve esperar nenhum milagre para este ou para o próximo ano”, mesmo considerando a proposta da França e o plano japonês (constituição de uma corporação financeira para comprar, com deságio, os créditos dos bancos privados).

Esse é o cenário econômico mundial em que se insere a reunião do FMI-Bird, na qual o ministro Mailson da Nóbrega se encontrará com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, a fim de, entre outras coisas, preparar o terreno para uma revisão das metas (em cruzados) fixadas para este ano no memorando técnico de entendimentos enviado ao organismo internacional. Não se exclui a possibilidade de que o Brasil peça um **waiver** (perdão) ao Fundo com o objetivo de modificar a meta nominal para o déficit público, pois, de acordo com o ministro da Fazenda, “a inflação implícita nos cálculos era de menos de 20% ao mês e isso não estamos conseguindo”.

Praticamente antecipando essas dificuldades e a necessidade de rever algumas das metas fixadas — o que aliás é uma praxe no FMI, como sugere o exemplo da Argentina e o acordo anterior com o Brasil, cujas metas foram revistas várias vezes —, Camdessus disse em Berlim, logo ao chegar, que “não haverá nenhum tratamento especial para o Brasil”, deixando claro sua expectativa de que “as autoridades levem isso em conta e consigam resolver os problemas domésticos”.

Assim como todos os brasileiros, Camdessus está preocupado com a nova escalada da inflação no Brasil e com o impacto da elevação dos preços sobre o déficit público. Para ele, “o País tem feito bons negócios na área do comércio internacional, o que não só ajuda a pagar os juros da dívida, como também aumenta os recursos para investimentos internos. Só que o Brasil precisa livrar-se dessa inflação alta, pois com a sua presença constante, os resultados positivos acabam sendo anulados”.

Nenhuma pessoa de bom senso poderá discordar das observações do diretor-gerente do FMI. Contudo, temos a impressão de que ao mesmo tempo em que continua prometendo para o FMI a manutenção do esforço para controlar o déficit público — a causa fundamental da inflação brasileira — o governo de Brasília prepara em sigilo um novo choque heterodoxo para deter a alta dos preços, porque este é o desejo de importantes membros da equipe governamental. Um desejo que tem origem em certa nostalgia do Plano Cruzado, porém que também reflete a preocupação com a entrada em vigor da nova Constituição.

Os gastos em cascata do governo que serão provocados pelo novo texto constitucional, o aumento dos preços decorrente da elevação dos encargos sociais das empresas privadas e o direito irrestrito de greve, que antes até da vigência da nova Carta Magna já anima movimentos parciais no setor público, combinam-se para produzir pressões inflacionárias insuportáveis. E é justamente para enfrentar esse quadro que setores ponderáveis do governo se inclinam para a “solução” heterodoxa e deixam o ministro Mailson da Nóbrega sem alternativa.

Mesmo reconhecendo as dificuldades do governo, não temos dúvida de que um novo choque só terá o efeito de um paliativo, isto é, ajudará a segurar a inflação por dois ou três meses e, depois, ela voltará com força redobrada, tal como aconteceu nos planos Cruzado e Bresser.

Esta é a ameaça que paira sobre a economia brasileira nestes meses finais de 1988, quando a ordem constitucional recém-estabelecida enfrentará o desafio de uma realidade com a qual ela tem muito pouco a ver.